REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA REALIZADA NO DIA 24 DE JANEIRO DE 2020

ATA N.º 1

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu o conselho de Ilha da Terceira, no salão nobre do Edificio dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo em reunião ordinária.

Estiveram presentes os seguintes conselheiros:

José Gabriel do Álamo Meneses – Presidene da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
Tibério Manuel Faria Dinis – Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória
Ricardo Manuel Rodrigues de Barros – Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo
Paulo Manuel Ávila Messias - Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória
João Luís Sanchez dos Santos – Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo
Tânia Gil da Rocha Lemos – Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo
Luis Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa - Representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo
Elmano Manuel Vieira Nunes - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória
Valter Manuel Linhares Peres - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória
Paulo Manuel Martins Luís - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - Representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória
Nuno Miguel Aguiar Meneses – Presidente da Junta de Freguesia de São Brás
José Manuel Pimentel Dias – Representante do movimento Sindical UGT
José António Sozinho Azevedo – Representante da Associação Agricola da Ilha Terceira
Paulo Rocha – Representnate do núcleo de Criadores de Raças de Carnes
João Manuel Baptista Reis Canedo – Represntante das Instituições Particulares de Solidaridade Social
Raquel Gomes Caetano Ferreira – Representante das Associações de Defesa da Igualdade de Género
Paulo João de Lemos Cabral de Sousa Fialho – representante da Universidade dos Açores
Mónica Gomes Oliveira da Rocha – Deputada pelo PS - Partido Socialista
Luís Miguel Forjaz Rendeiro – Deputada pelo PSD – Partido Social Democrata

Ordem do dia

O Presidente da mesa do Conselho de Ilha deu inicio aos trabalhos, colocando à aprovação dos conselheiros a ata da ultima reunião daquele orgão.

Usou da palavra o deputado **Luís Rendeiro**, o qual lamentou o facto de, na última reunião do Conselho de Ilha, ter -se apreciado o Plano e Orçamento da Região, e aquele orgão tenha reunido numa data em que que não estavam presentes os deputados, justificando por uma razão muito simples, porque são os deputados que vão votar efetivamente aquele documento na Assembleia Regional, são eles que o conhecem melhor que ninguem para dar explicações e justificações, sendo que na sua opinião foi mau que aquela reunião tivesse decorrido sem estarem presentes os deputados que o iam votar na sua versão final na Assembleia Regional.

Referiu também, que no seu entender, cometeu-se um erro quando se deixou de emitir um parecer qualitativo aos documentos previsionais da Região, sem indicar um sentido de voto, contrariando um pouco a lógica que vinha sindo seguida de pronuncia do Conselho de Iha quanto a um conjunto de questões que nos unem e que afetam o futuro desenvolvimento e funcionamento da ilha.

Após esta intervenção, **a ata foi aprovada por unanimidade.**

De seguida, foi posta à votação ***uma proposta verbal para eleição da mesa do Concelho de Ilha para o ano de 2020:***

Presidente – Ricardo Manuel Rodrigues de Barros
Vice – Presidente - Paulo Manuel Ávila Messias
1.º Secretário - José Antonio Sozinho Azevedo
2.º Secretário - Rodrigo Rodrigues

Após discussão sobre a forma como foi apresentada **a proposta** (verbal e não escrita), a mesma **foi aprovada com 15 votos a favor 1 branco e 2 nulos.**

De seguida, o Presidente cessante passou a palavra ao novo presidente da Mesa, Dr. Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, o qual agradeceu a consideração relativamente à proposta que foi presente a votação, sendo que tomou nota relativamente ao que foi referido no que respeita ao modo de voto/funcionamento do Conselho de Ilha.

Após a saudação, foi posta a apreciação ***o pedido de emissão de parecer relativamente ao Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores.***

Usou da palavra o conselheiro **Paulo Luís**, o qual referiu que o ponto D, do n.º 6 da proposta de adenda apresentada pelo **PPM** é o ponto que está mais intrinsecamente ligado à ilha Terceira, no que se refere à inceneradora citando o mesmo: *" Que a quantidade de resíduos sólidos urbanos a eliminar com origem na Ilha de São Miguel ultrapassa a capacidade não utilizada da Unidade de Valorização Energética Instalada na Ilha Terceira subtraíndo para o efeito os ganhos obtidos através da instalação de tratamento mecânico e biológico em todas as ilhas dos Açores*" .

Fazendo um resenha sobre o assunto e perante tal julga que se estamos com alguns prejuizos, nos ultimos anos, no funcionamento da inceneradora, logo um impacto nos orçamentos das Câmaras Municipais e nas fontes de receita da inceneradora, nos tarifários dos particulares e das empresas da ilha.
Questionou se vale a pena procurarmos mais algum problema ou subcarregar mais a unidade que temos na ilha ou então assumirmos todos os riscos inerentes que, caso seja necessário todas as Câmara municipais da Ilha Terceira, particulares e empresas é que irão pagar estes riscos e impactos associados a esta medida.

O conselheiro **Alamo Meneses** – Concorda em boa parte com o que foi dito pelo conselheiro Paulo Luís, contudo há algumas questões que julgou ser bom esmiuçar e levar talvés um bocadinho até ao fundo.
O sistema de tratamento em alta de residuos na ilha, nestes ultimos dois anos 2018 e 2019 teve consideráveis lucros pelo que, não há qualquer situação económica complexa.

Quanto às tarifas esclareceu que quando a inceneradora arrancou não teve um tarifário específico adotou um tarifário que estava em vigor àquela altura que básicamente tinha um preço para os municípios e um conjunto de preços "adoc" para diversos particulares.

O que se fez nos ultimos anos foi convergir todo o tarifário para um tarifário único para residuos com as mesmas caracteristicas .

Esclareceu, ainda, que na face inicial houve várias dificuldades na injeção de energia na rede, problemas técnicos o que levou nalguns períodos a que houvesse um desperdício de energia na ordem ds 40%. As questões foram ultrapassadas pelo que no último ano andou-se sempre acima dos 85% do aproveitamento de energia e a tendencia é para chega-se aos 100% .

O preço do tratamentos de residuos na nossa instalação é neste momento o mais baratos do país e provavelmente o mais barato da europa. Enquanto que no resto do país os custos andam na casa dos 60 a 80 euros a tonelada no´sndamos nos 25 euros a tonelada, razão pela qual não podemos dizer que estamos mal servidos com a instalação.

Falou sobre o funcionamento da instalação, que tem corrido manifestamente bem, para além dos residuos frescos recolhidos na Terceira e dos resíduos que vem das outras ilhas, também se está a usar resíduos velhos que estavam em aterro fazendo a limpeza do espaço onde se encontravam sendo que o mesmo está a ser loteado para instalação de empresas. Referiu ainda que não há qualquer co-financiamento para o efeito, o que significa que a Teram financia sozinha a recolha de resíduos antigos.

Assim afirmou que não temos condições para receber todos os residos produzidos em S. Miguel. A quantidade de residuos produzidos enaquela ilha, é superior à folga que existe na inceneradora da ilha Terceira.

O deputado **Luis Rendeiro** julga que não é por acaso que aqui na Terceira, a questão da inceneração nunca foi um problema politico de monta, porque se percebeu rápidamente que não se podem acumular os resíduoa indefenidamente e tem de se fazer alguma coisa. Não haverá muita volta a dar, pensa que será construida uma inceneradora em São Miguel, pelo que julga que o parecer a dar pelo Concelho de Ilha, não fosse um sim ou um não mas que fosse um parecer que incluisse aquilo que o Professor Álamo Meneses explicou na sua intervenção.

O conselheiro **Tibério Dinis** – Concordando com as intervenções anteriores e que embora o documento esteja um pouco confuso, o objetivo passa pela não construção da inceneradora em São Miguel. O Partido PPM é totalmente contra a sua construção.

Sem rodeios, claramente e objetivamente a não construção da inceneradora em S. Miguel é naturalmente do interesse , com mais ou menos investimento, da Ilha Terceira, contudo, crê que a questão fundamental é outra e o Sr. deputado Luis Rendeiro, e muito bem, tocou nela mas além dessa questão julga que a resposta deve ser objetiva não na emissão do parecer propriamente dito mas naquela que é a arquitetura dos formalismos.

Do ponto de vista institucional julga que uma proposta desta, para além de se estar a emitir parecer sobre um investimento noutra ilha, esta-se a diminuir um poder atual que os municipios têm de como devem decidir e gerir os seus resíduos pelos que acha ser extretamente perigoso qualquer posição mais clara sobre a materia que colocaria em causa a legitimidade do próprio pedido de parecer aos Concelhos de Ilha. Sendo que tem sérias reservas na emissão de qualquer eposição sobre essa materia

que para todos o efeitos a proposta acaba por reduzir os poderes do Poder Local que, como autarca, naturalmente crê que devem ser preseverados .

O conselheiro **Álamo Meneses,** esclareceu que quanto à legitimidade de pronuncia acha que o Conselho de Ilha não está a pronunciar-se sobre a incenerador de São Miguel diretamente mas sim sobre uma Alteração a um plano "Plano Sectorial" que tem aplicação direta sobre todos nós e sobre todas a entidades públicas, e portanto ela orienta a ação quer do governo quer das autarquias .

Assim a sua proposta vai no sentido de se fazer uma pronuncia não dizer-se nem que sim nem que não, mas explicar o que é que existe e não sobre o que os outros querem ou não fazer.

O Concelheiro **Pimentel Dias,** afirmou que a intervenção do conselheiro Tibério Dinis foi elucidativa acerca do projeto de Decreto Legislativo Regional, atendendo à forma como o projeto foi apresentado , vindo de um representante de um Partido político representado na Assembleia Legislativa Regional, que parece intreferir diretamente com as atribuições e competências das Autarquias Locais na região, acha que o Conselho de Ilha dever-se-ia pronunciar objetivamente à cerca do DLR, sendo do parecer que o mesmo está ferido de ilegalidade e como tal julga que se, deve dar parecer negativo acerca da proposta, não só porque se refere à construção ou impossibilidade de construção de uma incineradora numa ilha, como amanhã pode aparecer outro DLR a reverter a mesma posição mas relativamente à Ilha Terceira. Na sua opinião o parecer deveria ser objetivo e deve-se-ia dizer que o Conselho de Ilha vota contra esta Proposta.

O conselheiro **Pedro Pinto** discorda um pouco com a posição manifestada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, quando diz que até é perigoso mandarem este tipo de pedidos de parecer para os Conselhos de Ilha. Discorda porque seria negar o nosso direito con sagrado na Legislação. Se o Conselho de Ilha está a ser ouvido é porque temo essa competência e quem ouve o Conselho tem esse dever de o ouvir.

Relativamente à matéria em apreço obviamente há um interesse político de um partido político. O Conselho de Ilha é chamado a pronunciar-se claro que não irá pronunciar -se sobre o que outras ilhas queirão ou não fazer, Obviamente uma posição mais centrada sobre aquilo que nós temos é o que nós podemos disponibilizar e fazer, tal como foi sugerido pelo Senhor presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e deputado Luis Rendeiro será uma posição mais neutra que não deixará de manifestar aquilo que é a nossa posição e poder-se-á também aproveitar para nesse parecer alertar as instituições politicas responsáveis pelo governo da nossa região, parlamento e governo regional, sobre aquilo que também se acha sobre o funcionamento e o sistema que temos na ilha no que se refere ao processamento de resíduos.

O conselheiro **Tibério Dinis** Para ser mais claro, e considerando a intervenção do conselheiro Pedro Pinto, ficou surpreendido quando se disse veio para parecer, uma questão da legitimidade e questão do institucionlismo informal e depois tentou perceber porque isso foi remetido ao CI , A AR delibera sobre tanta coisa que não vem para parecer dos Conselho de Ilha, porque é que este veio em especial. Além das razões politicas e outras materias o Plano de ... na sua origem e enquanto Plano Estratégico foi a parecer do Conselho de Ilha e crê que a intrepertação foi, se o documento global foi a parecer uma alteração também deve de vir a parecer e seguir a mesma forma. A questão é que esta proposta de alteração tem de ser clara no que está subjacente que é uma proposta de alteração cirurgica para reduzir aquilo que é o poder que hoje é passível das autarquias de São Miguel realizarem esse investimento e portanto está-se a falar de algo muito cirurgico num ponto e no meio de uma questão que não podemos ser alheios aquilo que aconteceu recentemente neste dossier . Por isso é que faz

esse alerta nesta matéria , não se está emitir parecer sobre uma revisão estratégica do Plano, julgando que se deve emitir, parecer ou pronuncia, o que se acha e o que tem acontecido na Terceira, sobre o assunto.

O Presidente da mesa **Ricardo Barros,** na sequência da discussão do assunto, delineou o resumo de parecer a emitir e fez a sua leitura:

"Relativamente à emissão de parecer, o Conselho de Ilha da Terceira entendeu ser pertinente considerar que não deve ser tomada posição sobre o que outros concelhos devem ou não fazer relativamente ao assunto em apreciação ".

Posta a votação o parecer, o mesmo foi aprovado por unanimidade

Outros assuntos

Usaram da palavra os conselheiro e deputadosa seguir referidos

- Deputado **Luís Rendeiro** – Colocou as seguintes questões:

1 – Trabalhos do Conselho Ilha em si, que houvesse um anuncio prévio à data da realização do Concelho de Ilha , para que os vários conselheiros podessem sugerir temas para incluir na respetiva agenda de trabalhos;

2 – O facto de ter vindo a público que desde de 2016, terá sido tomada uma decisão a nivel do Governo da República do abandono do projeto "Costa" de instalação de Gás Liquefeito no Porto da Praia da Vitória. O facto de haver uma informação ou um conjunto de decisões que poderão ter sudi o tomadas há 2 anos, em sede de Governo da Republica e que a Região não tenha tido conhecimento prévio, parece-lhe grave e deve merecer a preocupação do Conselho de Ilha da Terceira , porque as questões inerentes ao Porto da Praia tem sido centrais e têm sido daquelas que nos unem a todos independentemente do espaço políticou ou social, que cada um representa.

3 - Construção ou não de um Cais de Cruzeiros no Porto da Praia da Vitória e prevendo que seja desta que arranque as obras no Porto das Pipas.

4 - Por fim disse não saber o que será preciso fazer para concretizar uma operação charter com Madrid, parecendo que todas as desculpas servem para que esta operação ou outra operação semelhante com Madrid ou outro sitio qualquer não se faça. Pelo que não deveria deixar de merecer uma preocupação do Conselho de Ilha.

- Conselheiro **Pedro Pinto,** referiu-se a uma questão que se prende com o estacionamento na Rua Dr. Anibal Bettencourt aos domingos, por ocasião da realização da Feira Agricola, o espaço foi reabilitado, tem instalações modernas, exitindo espaços para escionamento no seu interior não se justificando o estacionamento na estrada, prejudicando os transeunte e os condutores que circulam pelo que acha que quem tem responsabilidade naquele espaço, na segurança rodoviária, e os municipios obviamente ponderem aquela situação e apresentem uma solução que salvaguarde a segurança de todos uma vez que estão criadas as condições para que isso possa ser feito.

- Conselheiro **José António Sozinho** referindo-se à questão levantada pelo Conselheiro Pedro Pinto, afirmou que a mesma tem razão de ser e é uma realidade, que a entidade que representa está

preocupada com isso e já tomou algumas medidas, nesse sentido uma delas há cerca de 2 anos, logo aquando da abertura daquele espaço e que foi delimitar com linha amarela as duas laterais pelos menos com 250 metros, mas mesmo assim as pessoas que visitam o espaço não respeitam essa situação. Tem havido algumas fiscalizações pela PSP e aplicadas multas, consegue-se um domingo ou dois e volta-se a repetir o mesmo cenário. A outra situação é na abertura dos armazéns da Unicol e os vendedores ambulantes que lá se instalam, disse ser uma situação que se está a resolver junto com a CMAH, mas trata-se de um processo complicado pelo facto de a via pública pertencer às Obras Públicas, aquele espaço à partida seria da Unicol, mas como já está aberto hà algum tempo não está bem definido a quem pertence, se é privado ou se é publico . Contudo o que estão a tentar por em prática é que pelo menos no espaço de 100 metros circulares, à volta do mercado de domingo, não poder decorrer vendas ambulantes.,o que aniquilava logo as vendas ambulantes que estão a ser feitas à frente do mercado do domingo, fazendo concorrencia desleal com os vendedores que pagam as suas taxas para venda dentro do espaço para o efeito e pondo em causa a segurança pública e circulação na quela Rua.

- Conselheiro **João Santos** questionou sobre o Radar metereológico para a Ilha Terceira e a rede de três radares metereológicos para os Açores, desconhecendo se o processo está atrasado ou não, sendo que estava seriamente preocupado porque a existencia de um um radar metereológico na Ilha Terceira poderia fazer muita diferença.

- A deputada **Monica Rocha** fazendo um pondo de situação às questões referidas disse:

- Com relação ao GNL , e concerteza o sr. Presidente Tibério Dinis teria algo a acrescentar, mas efetivamente a parte que se pronunciou não é a parte que executa nem é a parte que define as prioridades e portanto aguarda-se os escalrecimentos por parte quer da Senhora Secretária quer por parte do Senhor Ministro. A Portos dos Açores já esclareceu e já tomou a sua posição que continua investida com relação à GNL .

- Cais do Cruzeitos já foi dada a devida justificação efetivamente existem diversos estudos técnicos em cima da mesa acreditamdo que muito em breve terá a sua resolução .

- Com relação à operação Madrid tem tido algumas questões que vão muito para além da vontade politica que já tem sido manifestada

- Radar metreológico está a aguardar o parecer do tribunal de contas. Que curiosamente tem sido um bocado contraproducente e a demora tem feito com que algumas questões não tenham sido resolvidas e que já não estejam efetivamente em execução

- Conselheiro **Pimentel Dias s**olicitou que se fizesse chegar ao mail de todos os conselheiros o parecer final do Conselho de Ilha sobre o assunto em análise, ao que o Presidente da mesa respondeu que tal iria ser feito.

- Conselheiro **Tibério Dinis,** na sequência da intervenção da deputada Mónica Rocha, e relativamente ao Cais de Cruzeiros referiu que tem vindo a ser desenvolvido trabalho, o compromisso existente é que em breve será público por parte do Governo Regional , pelo que cabe ao mesmo apresentar dentro dos timings que estavam definidos, houve apenas um delay que era até 31 de dezembrotendo sido solicitado para ser apresentdo no 1.º trimestres de 2020, por outras razãos que a Portos dos Açores tem que se dedicar, pelo que da parte da CM, não lhe compete anunciar o que quer que seja , mas sim

ao dono da obra, acrescentando que o que se têm vindo a trabalhar como o Governo Regional é no bom sentido da sua execução .

Quanto ao Gaz Natural, e fazendo uma reflexão global da situação, informou que da parte da CM tudo o que é documentação, declarações e todos os passos dados por aquela autarquia, não tem conhecimento formal da situação.

- Conselheiro **Pedro Pinto,** em relação à questão do voo charter e compreendendo as dificuldades que há sempre com concursos públicos, acha que se não há privados interessados e tendo a nossa companhia aérea aviões parados, nomeadamente na placa de Lisboa, não compreende porque não avança a nossa Companhia Aérea, seja para Madrid seja para onde for, porque se a nossa companhia aérea não é para servir os interesses dos Açorianos enquanto cidadãos individuais ou das empresas Açoreanas do Turismo diz não saber para que servirá, porque decididamente não compreende porque é que temos dificuldades em voos, sejam em ligaçãoe regulares seja na capatação de turistas e no entanto a nossa companhia aérea trabalha afincadamente para garantir uma ligação aérea entre o Canadá e Cabo Verde, para servir a comunidade Cabo-Verdiana. Logo verifica-se uma utilização, no seu entender inviezada, da companhia aéra. Se ela serve outras comunidades e não nos serve a nós, porquê? Deixou essa reflexão.

- Outro assunto refere-se com a data ou antecedência com a convocação das reuniões do Conselho de Ilha, pelo que sugere que se acorde previamente as datas das reuniões deste ano ou então as convocatórias tem de ser feitas com um pouco mais de antecedência.

Não havendo mais intervenções **o Presidente da Mesas leu o texto da minuta da ata,** para aprovação, sendo que relativamente às últimas questões que não estavam na agenda diria só os tópicos que depois constarão da ata definitiva.

A minuta foi aprovada por unanimidade

Referiu por fim, relativamente às questões colocadas à margem, que tentará com a devida antecedencia enviar um e-mail a cada um dos senhores conselheiros pedindo sugestões para a agenda e obviamente nessa mensagem será indicada a data provável da reunião para organizarem ao seu tempo e tb para que as convocatórias sejam enviadas atempadamente, mas previamente é sua intenção mandar uma mensagem sabendo a data e pedindo sugestões.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa do Concelho de Ilha da Terceira agradeceu, a todos, a colaboração e deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que por ele vai ser assinada.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros